

QUARTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
AGTE.(S)	: EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S)	: ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DESPACHO

**RECURSO – CONTRADITÓRIO –
OBSERVÂNCIA.**

1. O assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

Vossa Excelência, em 8 de maio de 2018, declinou da competência para a primeira instância da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, consignando que os delitos imputados ao investigado Pedro Paulo Carvalho Teixeira – previstos nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986 – teriam sido cometidos parte em 2010, quando exercia mandato de Deputado Estadual, parte em 2014. Assentou que, nesse último caso, apesar de supostamente praticados quando já ocupava o cargo de Deputado Federal, não estão a este relacionados,

INQ 4435 AGR-QUARTO / DF

porquanto ligados ao recebimento de R\$ 300.000,00, de maneira oculta, para a campanha à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Proclamou o não enquadramento da situação jurídica em termos de competência do Supremo. Conforme frisou, o fato de alcançar-se mandato diverso daquele no curso do qual alegadamente cometidos os crimes não enseja o que apontado como elevador processual, deslocando-se autos de inquérito ou processo-crime em curso.

Pedro Paulo Carvalho Teixeira e Eduardo da Costa Paes, por meio da petição/STF nº 30.333/2018, subscrita por advogado credenciado, juntada à folha 345 à 348, interpuseram agravo, pretendem a reconsideração do pronunciamento. Afirmam ser o caso de manter a investigação no Supremo. Destacam que a suposta doação ilegal, realizada em 2014, diz respeito à campanha para a reeleição do primeiro agravante ao cargo de Deputado Federal, e não à campanha para Prefeito. Buscam comprovar a alegação a partir do depoimento do colaborador Benedicto Barbosa da Silva Júnior, consoante anexo 2 do acordo respectivo. Realçam encontrar-se exercendo o cargo de Deputado Federal desde 2011. Aduzem a conotação eleitoral dos delitos imputados, que estariam relacionados à atividade parlamentar do investigado, a revelar a competência do Supremo. Sustentam ter o Órgão acusador, no pedido de instauração do inquérito, veiculado tipificação penal dissociada do contexto narrado pelos colaboradores, no que não apontados por estes atos de corrupção. Ressaltam, referindo-se aos crimes supostamente praticados em período anterior ao exercício de mandato de Deputado Federal, estarem ligados às mesmas pessoas alegadamente envolvidas naqueles alusivos ao ano de 2014, considerado o cidadão Eduardo da Costa Paes e colaboradores vinculados à Odebrecht. Asseveram ser recomendável que a investigação de todos os fatos permaneça reunida sob a jurisdição do Supremo.

INQ 4435 AGR-QUARTO / DF

Requerem: a) a reconsideração do ato agravado; b) sucessivamente, a reforma, pelo Colegiado, da decisão de declinação da competência; c) caso não acolhido o pedido anterior, a fixação da competência da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro.

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto ao investigado Eduardo da Costa Paes, que não detinha a prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo. A Primeira Turma, em 19 de setembro de 2017, deu provimento a agravo formalizado pela defesa, para manter a investigação, integralmente, sob a jurisdição do Tribunal.

Os autos encontram-se no Gabinete.

2. Deem vista à Procuradoria-Geral da República, para, querendo, apresentar contraminuta, no prazo de 15 dias.

3. Publiquem.

Brasília, 18 de junho de 2018.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator